

Carolina Schäffer Ferreira Jorge

Doutora em Processo Civil, Mestre em Direito Tributário e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Professora do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Advogada.

Efeitos das Decisões Proferidas pelo STF sobre a Coisa Julgada Tributária

Série Doutrina Tributária Vol. LVIII



IBDT

São Paulo – 2024

© Carolina Schäffer Ferreira Jorge
Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Rua Padre João Manuel, 755 – 4º Andar
CEP 01411-001 – São Paulo – Fone/WhatsApp: (11) 3105-8206
e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
Diretor Administrativo e Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira
Diretores Executivos: Bruno Fajersztajn, Fernando Aurelio Zilveti,
Luís Flávio Neto e Martha Toribio Leão

Conselho Deliberativo: Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva, João Francisco Bianco, José Maria Arruda de Andrade, Leonardo Aguirra de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Michell Przepiorka Vieira, Paulo Victor Vieira da Rocha, Ricardo Maito da Silveira, Salvador Cândido Brandão Junior e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

JORGE, Carolina Schäffer Ferreira

J71e Efeitos das Decisões Proferidas pelo STF sobre a
Coisa Julgada Tributária. – São Paulo, SP: IBDT, 2024 (Série
Doutrina Tributária, 58).

304 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86252-89-7

1. Direito Tributário 2. Controle de Constitucionalidade
3. Coisa Julgada 4. Fato Gerador 5. Supremo Tribunal
Federal 6. Brasil

I. Carolina Schäffer Ferreira Jorge II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Controle de Constitucionalidade : Brasil
3. Coisa Julgada : Brasil
4. Fato Gerador : Brasil
5. Supremo Tribunal Federal : Brasil

Revisão: Carolina Mihoko Massanhi / *Editoração:* Nelson Mitsuhashi
Impressão e acabamento: Edições Loyola

Sumário

Prefácio de Walter Piva Rodrigues	7
Prefácio de Cassio Scarpinella Bueno	11
Introdução	15

Capítulo 1

Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro

1.1. O controle de constitucionalidade.....	21
1.2. Controle de constitucionalidade no Brasil.....	30
1.2.1. Efeitos da decisão proferida no controle abstrato...	43
1.2.2. Efeitos da decisão proferida no controle concreto..	50
1.3. Atenuação dos efeitos da decisão em controle de constitu- cionalidade.....	68
1.3.1. Técnicas decisórias aplicadas ao controle de consti- tucionalidade.....	69
1.3.2. Mudança de jurisprudência	72
1.3.3. Mudança de jurisprudência e atenuação dos seus efeitos.....	80

Capítulo 2

Coisa Julgada no Direito Tributário

2.1. Coisa julgada civil.....	89
2.2. Coisa julgada e as questões prévias	96
2.3. Coisa julgada tributária.....	106

Capítulo 3

Coisa Julgada Tributária e os Fatos Geradores Supervenientes

3.1. Coisa julgada e a mudança no substrato da sentença	121
3.2. Decisão no controle abstrato e alteração do substrato jurí- dico	128

3.3. Decisão no controle concreto e alteração do substrato jurídico.....	141
3.4. O julgamento dos REs n. 949.297/CE e 955.227/BA.....	153

Capítulo 4

Coisa Julgada Tributária e a Ação Rescisória

4.1. Coisa julgada e o passado.....	167
4.2. A ação rescisória no CPC/1973.....	169
4.2.1. A ação rescisória por violação a literal disposição de lei	172
4.2.2. A posição da jurisprudência.....	176
4.2.3. A necessária preservação da Súmula n. 343	192
4.3. A ação rescisória no CPC/2015	200
4.3.1. A ação rescisória pautada no art. 966, § 5º.....	202
4.3.1.1. Cabimento da ação.....	202
4.3.2. A ação rescisória pautada nos arts. 525, § 15, e 535, § 8º.....	206
4.4. Efeitos da ação rescisória em matéria tributária.....	224

Capítulo 5

Coisa Julgada Tributária e a Impugnação ao Cumprimento de Sentença

5.1. A impugnação ao cumprimento de sentença no CPC/1973	245
5.2. A impugnação ao cumprimento de sentença no CPC/2015	257

Capítulo 6

Coisa Julgada Tributária e a *Querela Nullitatis*

Conclusão	269
Referências	287